

DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EFICAZ NO CONTEXTO ESCOLAR BRASILEIRO

DOI: 10.5281/zenodo.15417109

Márcia Valéria Veloso Alves de Moraes Rocha

Pesquisadora de temáticas educacionais. E-mail: marciavvamr@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre o conceito de integração escolar e inclusão escolar, apontando desafios e estratégia para o processo de inclusão. Estudantes com necessidades especiais sofreram/sofrem com o processo de exclusão tanto das propostas das atividades pedagógicas, que não são pensadas e executadas levando em consideração suas individualidades; bem com a exclusão social. E estes processos de exclusão são frutos de uma idealização e homogeneização dos alunos. Todavia, as críticas a exclusão e a idealização de um modelo estudantil único passaram a ser criticados, a comunidade escolar e os pais passaram a defender um processo de inclusão, ou seja, era preciso repensar e adaptar as escolas, o sistema educacional e o currículo para receber estes estudantes. Assim, a práxis pedagógica assumiu uma nova proposta: de ser inclusiva, de criar uma educação a partir da diferença e, consequentemente, das necessidades de cada estudante. Para tanto, procede-se através da metodologia de revisão bibliográfica, caracterizada pela sondagem de textos sobre a temática, seleção e fichamentos deles, e escrita a partir das análises e confronto entre os textos. Desse modo, observa-se que é importante discutir sobre o que é inclusão escolar, buscando superar os desafios e propondo novas metodologias didáticas e caminhos para o processo de efetivação da inclusão escolar, garantindo o acesso à educação a todos.

Palavras-chave: Educação. Integração escolar. Inclusão escolar. Desafios. Estratégias

Introdução

Ao analisarmos, ao longo da história, as concepções sobre as deficiências, estas são explicadas a partir de atribuições míticas, seja por castigo divino, no qual incumbiu alguma deformidade ou falta de características físicas ou mentais, ou ainda como ação demoníaca, decorrentes de pactos ou misticismos, práticas ou impostos a terceiros, isto é, maldições, ou ainda relacionadas às doenças que assolaram a humanidade ao longo do tempo, como a lepra durante a Idade Média.

Segundo Cristina M. Madeira Coelho

Tramam-se, assim, aspectos religiosos e biomédicos para presidir “verdades” e mitos que, até hoje, marcam a exclusão desse grupo de pessoas “diferentes”. Crenças e atitudes individuais, portanto, são forjadas em uma ampla gama de aspectos socioculturais, em uma dinâmica contínua e recorrente ao longo da história da humanidade (Coelho, 2015, p. 64)



Quando nos referimos a sociedade moderna ocidental o mito da saúde está diretamente relacionado à aparência e o culto aos corpos, hierarquizando aqueles com copos em padrões ditados pela sociedade. Desta forma, cria-se um estigma e rotulação para aqueles fora do padrão de beleza imposto, relegando corpos e mentes consideradas diferentes à margem da sociedade, à exclusão. Isto ocorre também com as pessoas com deficiências em contextos educacionais, cria-se um estigma sobre estes.

O ambiente escolar pode ser um espaço para o processo de exclusão, tanto no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, como no processo de relações sociais.

Por outro lado, a escola pode ter um papel proeminente para a quebra de estigmas e preconceitos, espaço privilegiado para ensinar e aprender sobre uma sociedade mais justa e inclusiva.

A partir da segunda metade do século XX o debate sobre a inclusão de pessoas com deficiência passou a ganhar força e articulação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos passou a assegurar direitos básicos às pessoas, principalmente às minorias (Organização das Nações Unidas, 1948).

A Declaração de Salamanca de 1994, no qual foi elaborado na reunião internacional de “Educação para Todos”, marco temporal para luta contra preconceitos. Por meio desta declaração foi tomada discussões e ações orientadas para a inclusão escolar de pessoas com deficiência, passando a criar medidas legais para assegurar a inclusão. O Brasil foi um dos signatários do documento.

Esta posição adotada pelos signatários da Declaração implica argumentar que

(...) as políticas educacionais de todo o mundo fracassaram no sentido de estender a todas as suas crianças a educação obrigatória e de que é preciso modificar tanto as políticas quanto as práticas escolares sedimentadas na perspectiva da homogeneidade do alunado (Bueno, 2006, p. 16).

A afirmação de Bueno (2006) implica dizer que o processo de homogeneização dos estudantes tem sido elemento de destaque nos debates, passando a ser considerado diferentes realidades dos alunos e alunas no processo de aprendizagem.

Ao discutirmos conceitos é importante deixar claro o sentido no qual estamos atribuindo. Portanto, é importante delimitar e diferenciar os conceitos de integração e inclusão.

O conceito de integração escolar se refere a entrada de estudantes com deficiência em escolas regulares. Porém, a lógica da integração passa pelo preparo destes estudantes para as salas regulares, ou seja, o aluno que deve se adaptar à escola, caracterizando um processo de exclusão seletiva, pois nem todas apresentam, segundo a lógica de integração, condições de serem integrados em uma sala regular.

O conceito de inclusão escolar é totalmente o oposto ao de integração. A inclusão escolar pressupõe que as escolas se adaptem aos estudantes com deficiência. Para Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), este conceito pressupõe uma mudança de paradigma educacional, pois a infraestrutura e o currículo devem ser repensados e adaptados para receberem estes alunos.

Desta forma, compreendendo a importância sobre a inclusão para a educação e a sociedade, temos como objetivo discutir a inclusão escolar, seus desafios e estratégias no contexto educacional brasileiro.

Nos orientamos sobre os princípios da inclusão a partir de uma práxis pedagógica transformadora é um dos caminhos possíveis para superar os preconceitos e, assim, garantir uma educação para todos.

Para Coelho (2015, p. 60) “o grande desafio do processo histórico da inclusão educacional é passar do plano de princípios ou das leis e orientações institucionais para a implementação de uma prática, no plano da ação”.

Segundo a autora, não existe receita de como agir, ou seja, não há um modo geral que oriente todos os processos de inclusão escolar, pois é um processo dinâmico e que é feito a partir das especificidades de cada estudante e contexto social e educacional (Coelho, 2015).

Para alcançarmos nossos objetivos utilizados a metodologia da pesquisa bibliográfica, no qual “(...) é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites” (Fonseca, 2002, p. 32). E “(...) implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (Lima; Miotto, 2007, p. 38).

Inclusão escolar: possibilidades e desafios

A escola, enquanto instituição, foi construída social a partir de uma ideia de seletividade e idealização, ou seja, por meio de um processo de homogeneização, no qual subtraem as diferenças e as individualidades dos estudantes para se encaixarem em um padrão educacional. Assim, os “diferentes” são relegados a exclusão deste rígido sistema.

Esse processo de exclusão, muitas vezes, é velado, nos fazendo pensar que a escola é formada por diversas identidades, por múltiplos agentes. Mas o que ocorre é uma assepsia das individualidades e necessidades. São

desenvolvidas diferentes estratégias para fomentar o processo de exclusão destes estudantes. Portanto, “essa perspectiva, cria-se uma pedagogia “especial” destinada às pessoas com desenvolvimento atípico, que organiza um jogo contraditório em que esses sujeitos são aprisionados” (Coelho, 2015, p. 61).

Assim, pessoas com deficiência são,

(...) em determinadas circunstâncias, (...) são atribuídas características especiais para dirigir-lhes tratamento, proteção e assistência, (mas ao mesmo tempo), criar ao seu redor uma rede de relações de dominação e de poder, na qual o indivíduo tratado, protegido e assistido é inferiorizado e normalizado por conta de sua anormalização que justifica a criação desta estrutura (Ross, 2000, p. 255).

Desta maneira, o estudante com deficiência é definido a partir de sua condição, por esta lógica, sua “ausência” é que determina as ações nas salas especiais, que são espaços de isolamento e exclusão, retirando a socialização dos estudantes com deficiência para com os demais.

O processo de inclusão é um processo ainda recente que

se configura complexo por evidenciar a separação conflituosa que é habitualmente feita entre o individual e o social: enquanto os aspectos sociais e as configurações institucionais atingem diretamente os indivíduos que os compõem, de forma coercitiva e determinante, em contrapartida os sujeitos dessa nova experiência social se constituem como organizadores da mesma, por meio da convivência continuada e relações estabelecidas nessa convivência. Simultaneamente, agentes e pacientes, soberanos e escravos (Coelho, 2015, p. 55).

O autor argumenta que os indivíduos não são apenas receptores passivos dos mecanismos sociais, mas também são agentes ativos que contribuem para a formação e mudanças dessas estruturas por meio de suas interações sociais contínuas.

Antes de continuarmos é necessário compreender melhor os conceitos de integração e inclusão escolar. Em primeiro momento parece que ambos são sinônimos, mas são bem diferentes em seus sentidos.

O conceito de integração escolar é referente à inserção de estudantes com deficiência em escolas regulares, o que implica dizer que estes alunos, quando prontos, serão inseridos em salas comuns, isto é, são estes indivíduos que devem se adaptar à escola. Assim, como caracteriza Pienta (2020), é um processo de exclusão seletiva.

O conceito de inclusão se refere a uma mudança de paradigma, a uma revolução no sistema educacional, pois é a escola que deve adaptar-se aos estudantes com deficiência, “oferecendo o que precisa para seu pleno desenvolvimento, respeitando seu ritmo e características pessoais” (Pienta, 2020, p. 25).

Ainda segundo a autora, a inclusão escolar “pressupõe mudanças significativas, radicais mesmo, em bases estruturais da escola tradicional, como currículo, avaliação e metodologia” (Pienta, 2020, p. 26).

A partir da segunda metade do século XX o processo de inclusão escolar passou a ganhar espaço nos debates. Mas é em 1990 que este debate ganhou fôlego quando nos referimos a educação inclusiva. Neste ano ocorreu a conferência de Jomtien, organizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no qual foi discutido o acesso universal para os estudantes com deficiência (Unesco, 1990).

Outro importante documento foi produzido em 1994, a Declaração de Salamanca, produzida durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. O supracitado documento defende a educação para todos, bem como todas as crianças devem aprender juntas e as escolas devem acolher todos os alunos, baseada em uma práxis pedagógica centrada nas necessidades de cada um (Unesco, 1994).

Em 1999, na Guatemala, foi realizada a Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência. O Brasil assinou a Declaração da Guatemala, por meio do Decreto n. 3.956/2001, determinando que



as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência (Brasil, 2001).

Ainda sobre a convenção da Guatemala, esta define a discriminação como

toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (Guatemala, 1999. art. 1º, nº 2).

Para Mitjáns Marinez (2006) é importante que alguns pontos ou aspectos sejam levados em consideração na organização do trabalho pedagógico quando nos referimos a educação inclusiva. Segundo o autor: a) é necessário a criação de espaços em que seja possível a comunicação entre os indivíduos, o que contribuirá para construir novas formas de se entender a aprendizagem e a valorização da diferença, passando a ser compreendida como parte integrante das identidades; b) estimular que os estudantes com deficiência possam desenvolver suas habilidades; e c) entender a avaliação educacional como orientadora da prática pedagógica.

Mas de que forma poderíamos definir uma escola inclusiva? Para Pienta, uma escola inclusiva

precisa ser flexível em sua organização pedagógica, a fim de apoiar seus profissionais e criar ambientes de aprendizagem com base na promoção da cultura da diversidade, no desenvolvimento de redes de apoio aos estudantes e na adoção de abordagens efetivas de ensino, nas quais são identificados os interesses, as habilidades, as motivações e as limitações dos educandos (Pienta, 2020, p. 42)

Portanto, o diálogo entre as diferentes esferas da sociedade é imprescindível para uma educação inclusiva, pois os desafios são muitos, assim como as possibilidades.

Entre os vários desafios enfrentados para a construção de uma escola inclusiva podemos agrupar em quatro grandes grupos: o primeiro deles diz respeito a infraestrutura escolar e institucional, o segundo à questão pedagógica, terceiro o preconceito e falta de sensibilização e o quarto a falta de diálogo entre as esferas sociais.

No primeiro ponto sobre os desafios, as escolas apresentam uma infraestrutura inadequada, no qual as escolas, muitas vezes, não possuem acessibilidade física como, por exemplo, rampas, banheiros adaptados, materiais adaptados. Nossa afirmativa é corroborada por Garcia (2004, p. 112), no qual argumenta que “muitas escolas ainda não estão fisicamente preparadas para receber alunos com deficiência, faltando recursos básicos como rampas de acesso e banheiros adaptados”.

Outro desafio a ser mencionado são as salas de aula numerosas, pois uma sala com muitos alunos dificulta o acompanhamento individualizado e o acompanhamento adequado aos estudantes com deficiência. Em alguns casos, a escola pode apresentar uma resistência às mudanças de práticas tradicionais e à adoção de abordagem verdadeiramente inclusiva.

No segundo ponto, a falta de formação adequada dos professores é uma barreira a ser superada, pois muitos educadores não se sentem preparados para lidar com a diversidade das necessidades dos alunos, assim impossibilitando uma práxis pedagógica inclusiva, por faltar as ferramentas para a construção de um plano de aulas adequado.

Tese defendida por Matos e Mendes (2014, p. 52) quando argumenta que por “falta de recursos materiais e humanos adequados, bem como a resistência por parte de alguns educadores e gestores escolares, são obstáculos significativos para a plena inclusão”.

Associado a este problema, ainda falta apoio especializado, no qual não há uma equipe, na escola, com vários profissionais como, psicólogos, terapeutas ocupacionais, intérpretes de Libras, entre outros, para dar suporte ao docente.

A formação continuada é uma das bases para uma educação inclusiva, pois “programas de formação contínua que focam em estratégias inclusivas e adaptação curricular têm mostrado resultados positivos na prática escolar” (De Almeida et al. 2007, p. 332).

O terceiro tópico diz respeito ao preconceito e a falta de sensibilização, pois ainda existe muita discriminação e estigma sobre as pessoas com deficiência. Isso dificulta o diálogo entre as esferas sociais. Entramos assim no quarto tópico, que é a falta de comunicação com as famílias, o que dificulta o acompanhamento do progresso dos estudantes.

Superar estes obstáculos é imperativo para uma educação inclusiva. Apontaremos algumas possibilidades para uma educação inclusiva. É de suma importância ter um ambiente acolhedor e acessível, no qual todos os estudantes se sintam seguros para aprender e se comunicar, associado a base construída a partir do apoio e emocional. Pois “os alunos com deficiência que se sentem incluídos e aceitos pelos colegas tendem a apresentar melhor desempenho acadêmico e social” (Matos; Mendes 2014, p. 55).

Segundo Kassar (2011, p. 47) “professores bem formados tendem a desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, adaptando o currículo e as metodologias às necessidades dos alunos com deficiência”. Destarte, é necessário programas de capacitação dos docentes, oferecendo formação contínua sobre práticas inclusivas, bem como sensibilização em relação às necessidades dos alunos com deficiência. Associado á um planejamento pedagógico diversificado, utilizando-se de metodologias de ensino que atendam às diversas formas de aprender, como, por exemplo, aprendizagem visual, auditiva e tátil.

Matos e Mendes (2014, p. 56) destacam que “as tecnologias assistivas e as metodologias ativas podem facilitar a inclusão, proporcionando recursos e estratégias que atendam às necessidades individuais dos alunos”.

A Colaboração entre professores e especialistas deve acontecer a partir do diálogo, permitindo o desenvolvimento de planos de ensino individualizados (PEIs) e estratégias de suporte.

Essas estratégias não apenas promovem a inclusão escolar, mas também enriquecem o ambiente educacional ao valorizar a diversidade e as diferentes formas de ser, pensar e agir.

Considerações finais

O processo de inclusão escolar deve ser visto como uma que nunca está pronta, é um processo que deve ser sempre pensado, refletido e construído a partir das necessidades de cada estudante. Assim, incluir estudantes com deficiências deve ser uma das bases para

a construção de uma sociedade igualitária, permitindo que todos tenham acesso à educação.

A integração escolar é um processo de exclusão seletiva, pois a base de seu sentido é a preparação dos estudantes para o acesso às salas regulares, o que implica dizer duas coisas: é o aluno que deve se preparar para a escola, e que nem todos os alunos estarão aptos a este acesso, segundo a lógica da integração.

Portanto, devemos tomar posição para uma revolução nos processos pedagógicos, institucionais, políticos e sociais. Ao adotarmos o processo de inclusão escolar estamos subvertendo a ordem, pois é a escola, as políticas públicas e a sociedade que deverão se preparar para os estudantes com necessidades especiais. O conceito de inclusão escolar abarca mudanças estruturais na escola, mudanças na prática pedagógica docente e nas bases legais, nas quais deverão garantir este processo.

Referências

BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. Projeto de pesquisa. 2006.

BRASIL. **Resolução n. 2**, de 11 de setembro de 2001. Brasília, DF: Câmara de Educação Básica, 2001.

COELHO, Cristina M. Madeira. Inclusão escolar. In: MACIEL, Diva Albuquerque; BARBATO, Silvana (org.). **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social**. 2015. p. 60 - 77.

DE ALMEIDA, D. B. *et al.* Política educacional e formação docente na perspectiva da inclusão. **Educação** (Santa Maria. Online), v. 32, n. 2, p. 327-342, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARCIA, R. M. C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. 2004. 225f.

GUATEMALA. Assembléia Geral, 29º período ordinário de sessões, tema 34 da agenda. **Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência** (original em espanhol), 1999.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 41-58, 2011.

LIMA, T. C. S. D., MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálisis**, (10), 37-45. 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** / Maria Teresa Eglér Mantoan. — São Paulo: Moderna, 2003.

MATOS, S. N.; MENDES, E. G. A proposta de inclusão escolar no contexto nacional de implementação das políticas educacionais. **Práxis educacional**, v. 10, n. 16, p. 35-59, 2014.

MITJÁNS MARTINEZ, A. A perspectiva histórico-cultural da subjetividade: implicações para o trabalho pedagógico com crianças dEficientes. Novas subjetividades, currículo, Docência e questões Pedagógicas – na perspectiva da inclusão social. **Anais do XIII ENDIPE**, Recife: 2006. p. 371-387

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948.

ROSS, P. R. O Normal e o Patológico na Sociedade Moderna Pós-Moderna. **Anais do III Congresso Brasileiro sobre Síndrome De Down ‘Inclusão Como Cumprir Esse Dever’**, Curitiba, Paraná, 2000.

PIENTA, Ana Cristina Gipiela. **Fundamentos da educação especial e inclusiva**. - 1. ed. - Curitiba [PR]: Iesde, 2020.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994

UNESCO, **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, 1990.